



A Influência dos Meios de Comunicação, na Formação Política dos Cidadãos Brasileiros, Dando Ênfase às Liberdades Democrática Vigentes no País ¹

Sandro Garcia²

Universidade Estadual da Paraíba

Priscilla Cabral RAMOS³

Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

Um regime de natureza democrática exige uma população preparada politicamente para torná-lo efetivo, pois só há verdadeira democracia quando pelo menos a maioria das pessoas participa das decisões de seu país. Esta reflexão pretende demonstrar que a interação do cidadão com as instituições que o governam é uma necessidade básica do sujeito que vive em um estado democrático, para isso analisar-se-á os meios de comunicação na formação política da população brasileira, intentando observar qual é o comportamento da mídia, na educação política dos atores da sociedade em que está inserido, e dentro dessa discussão, será abordado o comportamento da jornalista Raquel Sheherazade como amostra da atitude da maioria dos meios de comunicação que compõem a cúpula da imprensa brasileira.

Palavras Chave: Participação Política; Democracia; Mídia; Cidadania

¹ Trabalho apresentado na divisão temática Comunicação, Espaço e Cidadania da Intercom Júnior _ Jornada de Iniciação científica em comunicação, evento componente do XVI Intercom Nordeste

² Graduando em Comunicação pela UEPB, E-mail: sandrors.gaucho@gmail.com

³ Graduanda em Educomunicação pela UFCG, E-mail: priscilacabral_14@hotmail.com



Introdução

Nos últimos anos se houve muito se falar em descaso dos jovens por política, que os mesmos não querem mais participar desse processo, pois pensam ser esse um espaço reservado para pessoas que se tornaram profissionais na arte de corromper o Estado, e fazerem uso da corrupção para benefício próprio, a juventude não mais se importa com o futuro do país, se quer compreende como acontece o poder no país, como suas instância atuam.

Diante dessa realidade, esse artigo propõe uma reflexão em torno desse pensamento, será que por ter a liberdade de pensamento de manifestação bem garantida os jovens contemporâneos não estão sabendo avançar no processo democrático do país onde vivem? Ou a corrupção tem mesmo o poder de afastar os Brasileiros, não só os jovens do processo político? Ao se afastar do processo político irá proporcionar algum benefício para a população de um modo geral? Enfim, como a mídia se comporta no papel de detentora de uma concessão pública, portanto como parceira do Estado na formação dos cidadãos?

Nas palavras da professora Elizabeth Cristina de Andrade Lima, o pensamento de que os eleitores brasileiros têm a ideia de que todos os políticos agem da mesma maneira, e que votam sendo usados como massa de manobra, e que são desligados dos fatos políticos (LIMA, 2011 p.83), não transcorre de maneira tão simplória assim:

Vale aqui salientar que não desconsideramos a importância de atentarmos para alguns aspectos sobre a estrutura da prática eleitoral no Brasil e algumas particularidades da história do voto no Brasil, no entanto, analisar o voto a partir de seus aspectos estruturais, mas estamos tentando analisar as diversas significações atribuídas pelos eleitores ao voto e como o qualificam. Desconfiando da ideia que generaliza os eleitores. (LIMA, 2011 p.83)

Ao declarar que não generaliza, a autora confirma que é de praxe a avaliação de que ela se reporta, ou seja, mesmo ela estando tratando de um caso específico (as eleições municipais de Campina Grande), não quer dizer que o valor que o eleitor dá ao voto, seja uma questão de politização desse.

Diante do exposto, esse artigo pretende estudar a ação dos meios de comunicação de massa do Brasil na formação política dos jovens desse país, tendo como ferramenta as poten-



tes redes de rádio e TV, para tanto é pertinente o diálogo de Mário Sergio Cortella e Renato Jaine Ribeiro, exposto na publicação “Política para não ser Idiota”, ressaltando que o fato de os direitos já estarem garantidos não é motivo para que a população não participe da vida política de seu país, para tanto, eles evocam a educação para tratar desse assunto:

O gancho do novo que se pode construir na educação, na política, na atividade de convivência se concretiza justamente em conseguir fazer da política uma pulsão sem necessidade da opressão, isto é, sem que precise haver um adversário. (CORTELLA, JANINE, P.28, 2012)

Portanto, não há necessidade de haver um regime de exceção para que haja motivação para a participação da sociedade na política de forma efetiva, essa intervenção civil pode ser provocada por uma sociedade bem formada politicamente, e os meios de comunicação podem sem dúvida contribuir para o bem ou para o mal nesse processo.

A conquista democrática do Brasil, e a repulsa dos jovens pela política

O Brasil completou em 2013, 25 anos da constituição vigente no país, a carta magna que gere os rumos da nação se torna emblemática tendo em vista que ao ser promulgada em 1989 sucedeu 21 anos de ditadura militar. A luta por democracia permeou os tenebrosos anos de regime autoritário, os brasileiros que viveram essa batalha por liberdade conhecem bem o que é ter os seus direitos cerceados, por isso os deputados constituintes se asseguraram de garantir uma constituição que ficou conhecida como cidadã por garantir direitos sociais como nenhuma outra constituição do mundo proporcionou até o momento.

Antes do golpe militar em 1964, o Brasil passava por uma efervescência social, de um lado os trabalhistas herdeiros de Getúlio Vargas, lideradas por João Goulart, que era vice-presidente e que assumiu o posto principal da nação após a renúncia de Jânio Quadros, e o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola que defendiam junto a vários movimentos sociais, as chamadas reformas de base. De outro os militares de formação estadunidense ao lado do jornalista Carlos Lacerda, que defendiam a manutenção da ordem alegando a proximidade dessa corrente política com o regime de Moscou.

Os vários movimentos sociais dessa época, dentre elas as Ligas Camponesas que tiveram sua atuação principalmente em Pernambuco e na Paraíba, foram tolhidos com o Golpe



Militar. A resistência ao regime conseguiu algum êxito até 1968 quando o governo dos oficiais decretou o Ato Institucional de número Cinco, o famoso AI 5, nesse período os movimentos sociais foram brutalmente reprimidos, com a forte atuação da polícia política do governo vigente.

Dessa forma pode-se compreender que houve um grande prejuízo na construção democrática do país, sendo assim percebe-se que o espaço de tempo entre 1895 e 1989 (que compreende o fim do regime e a promulgação da constituição), foi um momento ímpar, onde todo esse desejo de democracia e de liberdade foi posto em campo na hora de aprovar as leis que iriam garantir um futuro de participação política e reformas sociais que dariam ao cidadão o direito de eleger diretamente todos os seus representantes.

Em 1989 transcorreu a primeira eleição direta para presidente da república, elegeu-se Fernando Collor de Mello, que em 1992 sofreu um processo de *impeachment*, acusado de corrupção. De 1989 para cá vem havendo um desânimo da juventude brasileira em participar da vida política do país, esse desânimo foi amentando, chegando hoje ser a política caso de repulsa ou nojo manifestado pela maioria dos Brasileiros. E esse comportamento tem como mote principal a corrupção dos agentes políticos.

Essa forma de encarar a política tem sido bastante disseminada entre boa parte dos brasileiros, inclusive insinuando que política não é coisa para pessoas de bem, está reservada para os mal-intencionados que pretendem usurpar os recursos da nação, e para tanto, os meios de comunicação cumprem um papel decisivo. Para tratar desse assunto, Cortella e Janine têm uma excelente reflexão:

A expressão *idiótes* em grego, significa aquele que só vive a vida privada, que recusa a política, que diz não à política. No cotidiano, o que se fez foi um *sequestro semântico*, uma inversão do que seria o sentido original de idiota. (CORTELLA, JANINE, P.8, 2012)

Dessa forma nota-se que o original grego trata as pessoas que não participavam das assembleias na Ágora, como desenformados, denunciando uma certa incapacidade de participar da vida pública da sociedade em que vive. Como foi visto na citação, o idiota que é apregoado hoje é o inverso do da democracia incipiente, onde o que participava gozava de uma reputação ilibada, enquanto o “político” de hoje é tido como aquele que tem por intuito defraudar os cofres públicos.



Para a sociedade grega antiga, aquele que vive uma vida privada, não é suficientemente livre, pois só seria livre aquele que tinha uma vida pública participativa (CORTELLA, JANINE, P.9, 2012). Hoje na sociedade capitalista que se vive, o individualismo é bastante exacerbado, onde a população requer os seus direitos pessoais, mas não lutam por vitórias coletivas, onde várias pessoas possam ter coisas em comum para reivindicar.

Pode se observar que a sociedade pós-moderna vem de certa forma promovendo um retrocesso na prática da arte de se fazer política, ou seja, está se tornando cada vez mais fragmentado o processo de construção e defesa da democracia e de suas instâncias, para ilustrar qual tem sido o valor da liberdade para essa sociedade, vale citar mais uma vez uma parte do diálogo entre os dois filósofos:

Alguns hoje entendem a liberdade e direito como uma propriedade ou como um objeto de consumo. Por essa razão, o indivíduo reivindica o direito a fumar, a viver sua sexualidade, ou seja o que for, mas a partir de uma visão consumista. Como é dono do carro, pensa que o utiliza como quiser. Como tem direito de votar, acha que se trata apenas de uma questão de consumo. Nos dois casos, tende a pensar que são direitos sem obrigações. (CORTELLA, JANINE, P.14, 2012)

A sociedade do consumo aprendeu a comprar tudo para uso pessoal, a pessoa parece buscar de todas as formas o seu bem estar como se não estivesse inserido em uma sociedade com outras pessoas, mesmo sabendo que aqueles que não fumam, perto de alguém que usa tabaco têm complicações de saúde, o que importa é que comprou uma carteira de cigarros e tem o direito de fumá-la aonde quiser.

O trânsito nas grandes cidades vem a cada dia se tornando inviável, mas os seres consumistas não estão preocupados com a questão da cidade, mas com o seu conforto pessoal, mesmo que para isso seja necessário acusar os administradores, ou os políticos por não terem os seus direitos atendidos.

A mídia composta por poderosos meios de comunicação, tecnologicamente capacitados para atingir tecnicamente toda a população, cumprindo o seu papel de formar e informar a sociedade, levando em consideração que usufruem de uma concessão pública, deveriam promover situações que integrassem as pessoas, e discutissem os problemas da coletividade, mas o que se vê são maratonas de comerciais de carros para encher as ruas, e tantos outros apelos publicitários que somente atendem aos reclames comerciais.

Para essa lógica, o que se compra tem-se o direito de usar, ou fazer o que o “usuário” quiser e para isso não se exige nem um dever, tudo já está devidamente pago. Essa visão é característica desses indivíduos que vem tornando as pessoas seres cada vez mais monos políticos,



descaracterizando aquilo que de mais importante tem no ser humano, a razão, que nesse caso é usada para promover o bem estar da população de uma sociedade, e ao fazer isso torna o homem protagonista da gestão de seu destino, enfim é o que credencia o ser humano em um ser essencialmente político.

O individualismo promovido pela sociedade que se aproxima cada vês mais das práticas de vivência do sistema capitalista, tem tornado os cidadãos mais individualistas, onde tudo se compra, basta ter recursos financeiros para que tudo se resolva. Desta forma, a vida em comunidade vêm perdendo espaço para um ser humano que se coloca na condição de ilha, cada vês mais alto-suficiente, deduzindo que não precisa de ninguém, que ele só se basta.

A necessidade natural de o ser humano ser político, e o efeito Sheherazade

A expressão “política” que se conhece a partir da modernidade, vem do grego, como como se sabe, e tem a ver com a vida na polis (cidade), portanto, tem a ver coma vida social, mesmo que o sujeito não queira ser político, ou participante das questões sociais, ele está inserido em um meio social, e, portanto, o próprio fato de ele não participar da política, torna-se um ato político não importando as motivações que o levaram a tomar essa decisão.

Para Delmo de Abreu Dellari, a política vem sendo usada a séculos, e tem os mais variados sentidos, e para ele o conceito básico de política é a conjunção das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum (DELLARI, 1984 p. 10), também podemos verificar no livro de sua autoria *O que é Participação Política*, o conceito de decisão política:

Assim, por exemplo, quando trabalhadores de uma determinada categoria, não suportando mais a baixa remuneração e as péssimas condições de trabalho, decidem iniciar um movimento de protesto e reivindicação, estão tomando uma decisão política. Eles pretendem atingir um objetivo que é de interesse de todo o grupo. (DELLARI, 1984 p. 10)

Essa decisão política pode mudar a realidade desse grupo, mesmo que não mude na forma prática, como no aumento de salário, melhorias de nas condições de trabalho, as suas reivindicações ficarão conhecidas por parte da população, podendo gerar um pressão sobre aqueles que têm condições de mudar a situação deles. Se os responsáveis pelo grupo em ques-



tão forem da esfera pública, temerá em última instância o resultado das urnas de seu líder maior.

Nos últimos tempos, surgiu um conceito que ficou conhecido como empresas que têm responsabilidade fiscal, são aquelas que fazem questão de dizer em sua publicidade, usando como ferramenta os meios de comunicação, que não se utilizam de trabalho escravo, não agredem a natureza, não usam o trabalho infantil e cumpre as leis trabalhistas, entre outras questões. Quando uma empresa toma a decisão de usar essas ferramentas para propagandear o seu produto, ela tomou uma decisão política, que entra em consenso com outra decisão da mesma natureza que a sociedade já tinha tomado, pois as pessoas que consomem esses produtos têm uma consciência ambiental e social, que nada mais é do que uma decisão política de militar em causas sociais e ambientais.

Nas últimas décadas foi possível observar a polêmica dos transgênicos, que são produtos geneticamente modificados, usados na alimentação de pessoas e animais que posteriormente também foram usados na alimentação humana, à mobilização dos movimentos sociais, e da sociedade civil em geral, culminou na obrigatoriedade de os fabricantes colocarem um símbolo para identificar que aquele produto contém elementos geneticamente modificados, essa é uma decisão política de segmentos da sociedade que resultou em uma ação prática.

Mas para que aconteça isso é preciso organização, as decisões políticas, principalmente em se tratando das questões populares, exigem que sejam orquestradas de acordo com a decisão da maioria, como ilustra essa citação:

Seu movimento reivindicatório, que é uma ação política, deve ser organizado. É provável que entre os membros do grupo existam ideias diferentes a respeito da forma de condução do movimento. Se cada um agir a seu modo haverá dispersão de força e de recursos, sendo mesmo possível que uns atrapalhem os outros. Por isso é necessário a coordenação de todos os elementos, o que dará coesão e força ao grupo e garantirá que todos os atos sejam dirigidos para um objetivo comum. (DELLARI, 1984 p. 10)

Esse é um ponto de extrema importância nessa reflexão, compreender que a ação política deva ser coordenada, levando em consideração os objetivos comuns. Para tanto, o grupo social envolvido deve estar devidamente politizado, ou educado para participar desses debates, sendo capaz de compreender que as questões particulares ou pessoais devem ficar em segundo plano diante da uma ação política de classe.



Para que se chegue a esse nível de compressão, é preciso que o cidadão esteja preparado para esse comportamento, e os meios de comunicação exercem um papel bastante decisivo, lavando em consideração a sua capilaridade em meio a todas as classes sociais, tornando-se um ambiente propício para essa formação, mais especificamente com relação as pessoas com menor índice de alfabetização, pois não tiveram oportunidade de aprimorar seu conhecimento nos bancos escolares, podem encontrar nos meios de comunicação uma forma prática e abrangente de tomar conhecimento sobre direitos e responsabilidades em relação a sociedade em que está inserido.

Para ilustrar, pode-se citar o caso da jornalista Raquel Sheherazade, âncora do principal telejornal do SBT, que vem diariamente tecendo comentário que aparentemente são considerados corajosos por enfrentar as velhas raposas da política, com um moralismo parecendo intocável, mas por trás disso tem uma forte campanha para desacreditar a população brasileira em geral da política como forma de resolver os problemas das pessoas, denunciando diariamente os escândalos de corrupção em estatais e em outras esferas governamentais. Sobre esse assunto o professor Gilbergues Santos comenta em artigo publicado em seu blog em 3 de fevereiro de 2014, a atitude de Raquel:

Na verdade, ela é a porta-voz, o produto mais bem acabado, de um movimento que alcança vários setores da sociedade e que tem como principal objetivo rejeitar e/ou negar a política em todas as suas dimensões (SANTOS, 20114).

É evidente que a intenção aqui não é defender que se abafe a ação dos políticos malfazejos de plantão, e as transações corruptas de alguns funcionários públicos e ocupantes de cargos eletivos, mas detectar que essas críticas deixam o cidadão completamente sem saída, apagando os espaços de participação social que promovam a participação efetiva dos verdadeiros interessados esse processo, o cidadão.

O professor destaca sobre o caso do financiamento pelo BNDS para a construção de um porto em Cuba, e sobre o perdão de dívidas contraídas por países africanos junto a República brasileira, onde a jornalista se coloca contrária esbraveando de forma enfática que o governo nacional estava “presenteando” cubanos e africanos com dinheiro do tesouro do país. Sem aprofundar o assunto, ela esquece que essa relação são formas estratégicas usadas por muitos países no mundo para conquistar espaços diplomáticos.

O professor prossegue destacando que a âncora não está só nessa empreitada:



Fazem parte desse movimento o deputado federal Jair Bolsonaro, que não perde a oportunidade de defender uma volta ao passado ditatorial que já tivemos, e que afirma sempre que o mal maior de nossa sociedade é a política. Outro expoente desse movimento é a Deputado Estadual Myrian Rios. Ela aprovou um projeto de lei para a implantação do “Programa de Resgate de Valores Morais, Sociais, Éticos e Espirituais” na rede de ensino público do Rio de Janeiro. O detalhe é que a deputada afirmou que esse projeto não tinha relação alguma com a política, pois o objetivo maior era formar cidadãos que não pudessem ser corrompidos. A deputada só não diz como é que ela mesma faz para ficar longe da política. (SANTOS, 2014)

Com essas declarações citadas pelo professor, é possível demonstrar como esse grupo tem a intenção de desacreditar a população do processo político, desse modo pode-se identificar que o jovem estudante está sem opções de compreender o processo democrático de seu país, pois deputados eleitos pelo voto popular, declaram abertamente que o regime democrático não é uma saída viável para o bem estar da população, tendo como pesado reforço a militância de jornalistas, como é o caso de Sheherazade, e os meios de comunicação que os comportam.

Considerações finais

Dessa forma, se pode tirar a conclusão que o ser humano é um ser essencialmente político, o que faz esse ser viver em comunidade, e tomar decisões em conjunto, constituindo assim a arte de decidir em grupo, demonstra uma ação política, e sem essa prática fica deveras impossível viver nessa sociedade constituída de várias opiniões e de inúmeras necessidades individuais e coletivas.

A mídia tem uma tarefa primordial nessa construção, que é a formação de cidadãos capazes de compreender o processo político da sociedade em que vivem, entendendo que a participação nas decisões de sua comunidade é essencial para a o bem comum. Tendo em vista que os meios de comunicação trabalham em sentido contrário, compreende-se a grande imprensa brasileira presta um desserviço à comunidade, usa um espaço público que são as concessões públicas para veicularem assuntos de interesses particulares e em prejuízo da maioria.

Percebe-se também que os jovens são amplamente abordados por uma opinião comum para esse tempo de descrença na política, como afirma o professor (SANTOS, 2014), “descolados”, hoje em dia, são aqueles que se dizem apolíticos, mas como vimos com (CORTELLA, JANINE, P.14, 2012), esses na verdade são os idiotas, incapazes de participar do processo formação e transformação da sociedade em que vivem.



Referências Bibliográficas

Cortella, Mário Sérgio; **Ribeiro** Renato Janine. Política: para não ser idiota. Campinas, SP. Papyrus 7 Mares. 2012

Dellari, Dalmo de Abreu. O que é participação política. São Paulo. Abril Cultural Brasiliense. 1984.

Lima, Elizabeth Cristina de Andrade. Ensaio de Antropologia da Política. Campina Grande. EDU-EPB, 2011.

<http://gilberguessantos.blogspot.com.br/> Acesso em: 03/02/2014